

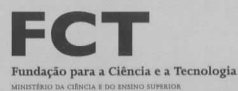
This book is a valuable work of international collaboration. It includes contributions from researchers from Portugal and Brazil as well as from Japan, Britain, France, the Netherlands and Timor Leste itself. The publication of this book is particularly topical because many of its contributions offer to elucidate current events in East Timor. More than this, however, this book presages what can be described as the intellectual rediscovery of Timor.

For several decades, during the Indonesian occupation, the overwhelming majority of publications on East Timor documented the plight of its population. These publications were largely concerned with the political and social struggle of East Timorese to achieve justice and independence. Now, with the emergence of Timor Leste as an independent nation, the weight of interest has shifted to issues of nation-building and to an examination of the social, cultural and institutional components needed for this creative task.

**James J. Fox**

The Australian National University

com o apoio de:



ISBN 972-8830-67-X



DIVERSIDADE CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E DO ESTADO EM  
**TIMOR-LESTE**  
Paulo Castro Seixas e Aone Engelenhoven (ORGS.)



 edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

**Título**

DIVERSIDADE CULTURAL NA CONSTRUÇÃO  
DA NAÇÃO E DO ESTADO EM TIMOR-LESTE

**Organizadores**

Paulo Castro Seixas  
Aone Engelenhoven

© 2006 Universidade Fernando Pessoa

**Edição**

edições UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA  
Praça 9 de Abril, 349  
4249-004 Porto  
www.ufp.pt

**Design e Impressão**

Oficina Gráfica da UFP

**Acabamentos**

Gráficos Reunidos

**Depósito Legal**

248 248/06

**ISBN**

972-8830-68-8

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

**ÍNDICE**

- 15 Prefácio/Foreword  
**James J. Fox** - The Intellectual Rediscovery of Timor
- 21 **Introdução/Introduction**
- 27 **1. Excavating the Future in East Timor**  
**1. Escavando o Futuro em Timor-Leste**
- 27 **Geoffrey C. Gunn** - Revisiting the Viqueque (East Timor) Rebellion of 1959
- 54 **Dionísio da C. Babo Soares** - A Brief Overview of the Role of Customary Law in East Timor
- 72 **Marta Lalanda Prista** - Construção do Património Arquitectónico Colonial em Timor-Leste e Identidade Nacional
- 88 **Joaquim Fernandes e Pablo Villarubio Mauro** - O Lendário Cosmológico Timorense - Um Roteiro de Representações.
- 94 **2. Culture and Language in East Timor**  
**2. Cultura e Língua em Timor-Leste**
- 94 **Henri Campagnolo e Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo** - Timor Oriental: Estado-Mosaico de Línguas e de Sociedades a um Tempo Distintas, Diferenciadas e Inter-Tradutíveis
- 98 **Luís Costa** - O Tétum, Factor de Identidade Nacional Leste-Timorense / Tetun, Faktor Identidadi Nasionál Timoroan Nian
- 106 **Aone Engelenhoven** - Ita-Nia Nasaun Oin-Ida, Ita-Nia Dalen Sira Oin-Seluk "Our Nation is One, Our Languages Are Different". Language Policy in East Timor
- 132 **Ricardo Antunes** - O Que é Timor? Língua e Literatura em Timor-Leste
- 151 **3. Society and State in East Timor**  
**3. Sociedade e Estado em Timor-Leste**
- 151 **Peter Carey** - Third-World Colonialism, the Geração Foun and the Birth of a New Nation: Indonesia Through East Timorese Eyes, 1975-99
- 165 **Daniel Schroeter Simião** - Imagens da Dor: Sentidos de Género e Violência em Negociação no Espaço Urbano de Dili, Timor-Leste
- 179 **Kelly Cristiane da Silva** - Elites Timorenses e a Construção do Estado: Projeções Identitárias, Ressentimentos e Jogos de Poder
- 193 **Paulo Castro Seixas** - De Maubere a Kafir e Mais Além: O Meio-da-Terra em Movimento

## Construção do Património Arquitectónico Colonial em Timor-Leste e Identidade Nacional

Marta Lalanda Prista,  
Bolseira da Fundação Oriente 2003/2004

### 1. Introdução

O nacionalismo timorense, construído sobre a gestão de fenómenos identitários associados quer à sociedade tradicional, quer ao passado colonial de Timor-Leste, dotou a nação de um repertório simbólico que permitiu a reunião das identidades grupais particulares de Timor-Leste numa comunidade e numa cultura supra-étnicas<sup>91</sup>. No quadro desta construção, a arquitectura colonial em Timor-Leste pode ser entendida como suporte material dos discursos inventivos sobre a tradição, história, cultura e identidade nacionais, nomeadamente sobre o passado colonial timorense que confere um sentido de continuidade histórica ao território e à comunidade timorenses.

Quando a independência de Timor-Leste e as circunstâncias do seu cumprimento mobilizaram a comunidade internacional para o apoio à construção da nova nação, vários organismos estrangeiros, civis e internacionais reuniram esforços para a reabilitação institucional e reconstrução física do território e da sociedade timorenses. O governo e a sociedade civil portuguesas destacaram-se, a partir de então, no seio da comunidade internacional, como presenças de referência em Timor-Leste.

Muito embora a reconstrução física não fosse considerada uma prioridade da intervenção pela Cooperação Portuguesa em Timor-Leste, a verdade é que a reabilitação do espólio arquitectónico timorense é reconhecida pela maioria da população timorense como uma das iniciativas portuguesas de maior relevo no território, especialmente quando incidem sobre o conjunto das preexistências coloniais. Estes mesmos discursos justificam o lugar das reconstruções arquitectónicas no repertório patrimonial enunciado oficialmente por Timor-Leste no valor histórico e simbólico dos legados do passado colonial.

Os discursos proferidos sobre o património arquitectónico colonial não se restringem ao governo e à população timorenses, nem remetem somente para a construção do passado e da identidade de Timor-Leste. Também o governo e os cooperantes portugueses sublinham a importância deste património como representação da história imperial da sua nação e da reconfiguração pós-colonial da sua identidade.

Esta dupla construção sobre o património arquitectónico colonial em

Timor-Leste remete, por um lado, para a importância identitária da relação histórica e cultural entre as nações de Timor-Leste e de Portugal e, por outro lado, para a capacidade que os legados físicos do período colonial têm de fixar os discursos nacionais e potenciar a sua reprodução social.

### 2. Timor-Leste e Portugal

Não se pretendendo aqui realizar uma incursão sobre a história de Timor-Leste, nem tão pouco uma análise aprofundada da formação do nacionalismo timorense ou da identidade nacional portuguesa, considerou-se, porém, relevante salientar alguns dos seus fenómenos, no sentido de melhor compreender de que forma os processos de patrimonialização da arquitectura colonial integram os discursos identitários de Timor-Leste e de Portugal.

Quando os portugueses chegaram a Timor, a ilha encontrava-se inserida no sistema comercial e tributário regional e a sua população revelava uma grande heterogeneidade étnica, com semelhanças culturais com alguns povos dos arquipélagos vizinhos (Gunn 1999). Esta falta de etnia dominante esteve, nos finais do século XX, na origem da construção nacionalista da comunidade supra-étnica Maubere, que reuniu a diversidade étnica e cultural tradicional numa ideia de unidade nacional (Fretilin 1974).

Muito embora durante a primeira década da luta nacional, a identidade *Maubere* tivesse recusado a associação ao colonialismo, a construção etnográfica do povo Maubere e a imaginação da sua terra histórica é, entre outras construções, um produto das estruturas política, administrativa e cultural coloniais de Timor-Leste (Schouten 2001). Antes de mais, o colonialismo português contribuiu para a construção de uma «consciência pré-nacional» em Timor-Leste (Mattoso 2001: 8) ao afastar-se política e ideologicamente do modelo colonial holandês, vigente em Timor ocidental desde fins do século XVIII. A consciência territorial e a consciência de distinção da população de Timor oriental, então formadas, foram reforçadas posteriormente pelas políticas ultramarinas portuguesas. Durante o século XIX, perante as ameaças internacionais à integridade do império, Portugal desenvolveu um projecto de nacionalização dos territórios e das populações coloniais portuguesas, enquadrado ideologicamente no processo de sacralização do império. Isto é, o império constituía-se como um imperativo histórico da

<sup>91</sup> Segundo Anthony Smith (1997) as comunidades supra-étnicas são construções comuns em nações cívico-territoriais formadas em contextos pluri-étnicos pós-coloniais.

nação e o seu desenvolvimento prometia a regeneração nacional (Alexandre 2000). Com o estabelecimento do Estado Novo e, principalmente, com a institucionalização da nova ideologia imperial assimilacionista no pós-guerra, o imaginário imperial foi definitivamente instaurado na mentalidade nacional portuguesa (Castelo 1998). Apoiada ideologicamente na tese luso-tropicalista de Gilberto Freyre, a nova política ultramarina contribuiu, no Timor português, para o desenvolvimento quer do território, quer da sociedade coloniais: a província, destruída pela guerra, foi alvo de obras significativas que responderam tanto às necessidades pragmáticas, como à vontade de celebração da nação pluricontinental; e na sociedade timorense surgiu um novo grupo social, os «assimilados» na cultura metropolitana (Gusmão 1994). A distância de Timor e a insipiência das estruturas administrativas coloniais determinaram, porém, a perpetuação das estruturas tradicionais na província até ao início do processo de descolonização. Em 1975, o discurso nacionalista era, por isso, um movimento político circunscrito à esfera das elites.

A ideia de nação de Timor-Leste só ultrapassou o ideário político das elites e adquiriu significado para a comunidade nacional timorense durante a administração indonésia do território, em parte como resposta ao modelo de colonização da Indonésia que, incapaz de integrar Timor oriental na sua narrativa nacional, promoveu uma ofensiva militar e a uma política de ressocialização da população timorense nos costumes nacionais (Anderson 1993). Por um lado, as iniciativas militares indonésias motivaram a reunião popular em torno da resistência armada timorense, revitalizando as redes sociais tradicionais e fortalecendo a identidade *Maubere*. Por outro lado, as aldeias de realojamento, a transmigração de colonos indonésios, a integração da população timorense nas redes inter-províncias dos sistemas administrativo e educativo, as políticas educativas e culturais nacionalistas e a obrigatoriedade de definição religiosa reforçaram a consciência de distinção pré-existente e criaram uma nova elite que tomou consciência política da sua neo-colonização (Taylor 1993).

Foi neste quadro que, não podendo a sociedade tradicional providenciar factores de distinção capazes de legitimar a luta nacional, o nacionalismo timorense integrou fenómenos identitários associados ao passado comum com Portugal, um «país que deixou aos Timorenses a sua língua, a religião cristã, traços de tradição e uma certa maneira de estar no mundo» (Belo 2003: 12), englobando-os na própria ideia de *Maubere*. Esta «reconstrução de uma memória do tempo colonial como paraíso perdido» (Almeida 2000: 223) contribuiu para a demonização da Indonésia (Sousa 2001) e para a construção de Timor-Leste como «um filho de Portugal»<sup>92</sup>, fundamentais à legitimação da nação timorense.

### 3. A Arquitectura como Objectificação da Memória

A dupla matriz do nacionalismo timorense, construído sobre o passado tradicional e sobre o passado colonial de Timor, tem actualmente expressão em diversas manifestações e representações colectivas. Uma destas representações, o espólio arquitectónico colonial de Timor-Leste, foi nos últimos anos alvo de iniciativas e discursos significativos quer por parte do governo e população timorenses, quer por parte da comunidade internacional.

Muito embora a reconstrução da arquitectura colonial não possa ser dissociável da precaridade e da inaptidão funcional ou construtiva dos legados tradicionais e dos legados indonésios, os discursos patrimoniais sobre ela construídos remetem para a importância do património arquitectónico na *check-list* do nacionalismo. Esta importância prende-se, em primeiro lugar, com facilidade de cognição e consequente reprodução social dos objectos materiais (Handler 1988), que os torna veículos privilegiados de construção social. Em segundo lugar, particularmente em nações em formação, a arquitectura pode constituir um artifício de construção do passado nacional, na medida em que pode ser transformada «to enhance self-esteem, to aggrandise property, to validate power» (Lowenthal 1985: 325) de uma nação. Os objectos arquitectónicos tornam-se representações da reinvenção nacional do passado, integrando o corpus cultural da nação, que comprova a sua legitimidade, através de processos de patrimonialização (Handler 1989).

No entanto, «o que importa é a articulação no objecto do não-discursivo e do discursivo: a materialidade do objecto atesta a narrativa, *grava-a e fixa-a* de forma duradoura e incontestável» (Guillaume 2003: 69). A perenidade da arquitectura é, por isso, fundamental à continuidade da memória colectiva, conferindo antiguidade ao referente nacional. Neste sentido, a reconstrução da arquitectura colonial em Timor-Leste constitui uma forma material de atestar os fenómenos identitários associados ao colonialismo português enunciados pela narrativa nacional timorense.

O lugar do passado colonial na consciência colectiva timorense não assume, porém, contornos idênticos em todos os sectores da sociedade. Parte da população mais jovem considera que «the portuguese architecture in East-Timor importance, my father generation would say that's a memory for them and also history, but for us is only history»<sup>93</sup>. Ora, possuindo o Estado o poder de enunciação do repertório patrimonial nacional (Prats

<sup>92</sup> Entrevista a um funcionário timorense de uma empresa privada portuguesa, Díli, Março de 2004.

<sup>93</sup> Entrevista a uma funcionária timorense de uma Organização Não Governamental, Díli, Março de 2004.

1997) e sendo reconhecida a capacidade de envolvimento afectivo dos patrimónios materiais (Lowenthal 1998), a reconstrução da arquitectura colonial em Timor-Leste parece constituir um artifício oficial de construção social ao expressar materialmente parte do passado da «memória autorizada» (Guillaume 2003).

#### 4. Reconstrução Patrimonial e Retóricas Identitárias

A eficácia simbólica do repertório patrimonial arquitectónico colonial timorense depende, porém, da condensação de significados sociais nos seus objectos e da sua reprodução em práticas e discursos colectivos (Prats 1997). Compreender as construções identitárias subjacentes à patrimonialização da arquitectura colonial em Timor-Leste depende, assim, da análise aos processos reconstitutivos e aos discursos sobre eles proferidos. Neste sentido, foram seleccionados quatro edifícios coloniais, reconstruídos entre 1999 e 2002 com intervenção da cooperação portuguesa, que suportam materialmente diferentes retóricas identitárias.

##### 4.1. Escola do Reino de Venilale

A reconstrução da Escola do Reino de Venilale, promovida pela Swatch - Tempus Internacional, ilustra claramente a vontade do discurso arquitectónico português de materializar as retóricas da identidade nacional timorense, nomeadamente no que respeita à gestão dos passados tradicional e colonial.

O edifício preexistente, datado de 1933, obedece a critérios de seriação tipológica, simplicidade espacial e decoração superficial característicos da arquitectura Português Suave (Fernandes 2003). Pretendendo mostrar a obra civilizadora do Estado Novo, a construção recorreu a elementos neoclássicos e historicistas como expressão da autoridade estatal e da retórica nacional (Gonçalves 2002). O carácter «cénico»<sup>94</sup> resultante na fachada principal foi determinante ao projecto de reconstrução realizado por uma equipa portuguesa de arquitectos – o GERTiL.

Baseando-se numa «lógica de miscigenação», a equipa de arquitectos determinou como premissas projectuais «a manutenção da estrutura e conformação de todo o edifício» e «a utilização de elementos decorrentes da arquitectura tradicional que permitam uma analogia indirecta ao vernacular timorense» (GERTiL 2000). Desejava-se, assim, por um lado, reforçar a memória do edifício, crendo-se no enraizamento do passado colonial na consciência colectiva da população local. Por outro lado, procurava-se criar um espaço que representasse ambos os passados e o presente nacionais, através de interpretações contemporâneas dos modos de apropriação do espaço, dos elementos construtivos e dos símbolos tradicionais: a utilização do espaço vertical na arquitectura tradicional serviu de motivo à

projectação de mezaninos; as técnicas construtivas tradicionais em palapa e bambu foram reproduzidas em painéis amovíveis; um ícone tradicional foi trimensionalizado, confinando as instalações sanitárias; e as cores originais do edifício foram saturadas, reproduzindo o cromatismo dos *tais* e da arquitectura tradicional.

O recurso ao universo vernacular timorense serviu, ainda, de directriz à construção de módulos de salas de aula autónomos. Defendendo o lugar privilegiado da arquitectura tradicional na identidade nacional timorense e as mais valias técnicas e económicas da sua construção (GERTiL 2001b), a equipa de arquitectos reavivou a produção etnográfica colonial, nomeadamente de Ruy Cinatti, para quem «a casa [constituía] uma verdadeira lição de adaptação ao meio ambiente [de onde se] poderá extrair os princípios orientadores e inspiradores da arquitectura urbana» (1987: 11). O resultado da sistematização e tipificação das soluções tradicionais foi a construção de uma ideia unificada da arquitectura timorense que ecoa a necessidade identitária timorense de reunião das tradições grupais numa cultura nacional.

A concepção e o discurso arquitectónicos não são, porém, reproduzidos na totalidade pela população local. As manipulações plásticas dos elementos da cultura tradicional timorense não são reconhecidas nem na estilização trimensional do ícone tradicional, nem na saturação do cromatismo, ou tampouco no paralelismo entre os mezaninos e o espaço vertical da arquitectura tradicional (GERTiL 2000). Os arquitectos basearam-se num *corpus* etnográfico desactualizado e manipularam os elementos culturais fora das suas relações tradicionais, construindo um novo horizonte de significação que é distante do universo e da linguagem da sociedade local.

As opções projectuais mais miméticas encontraram, porém, eco no discurso popular. Quer a manutenção exterior da traça original da Escola do Reino, quer a reprodução das coberturas de colmo nos módulos e dos entrançados de bambu e palapa, são reconhecidas socialmente como expressão material dos passados nacionais. Se a falta de vivência da escola, usada apenas pontualmente e quase sempre como cenário de liturgias, acentua o valor histórico e monumental do passado colonial; já a reprodução das coberturas tradicionais sublinha a necessidade presente de «objectificação» das tradições étnicas numa cultura nacional timorense (Handler 1988).

##### 4.2. Liceu de Díli

A reabilitação do antigo Liceu de Díli, solicitada pelas autoridades locais

à Câmara Municipal de Lisboa para integrar as Faculdades de Ciências da Educação e Economia da Universidade Nacional de Timor-Leste, representa um exemplo da constituição do legado arquitectónico colonial em «objecto memorial» (Guillaume 2003), mas também evoca as tensões sociais que envolvem a identidade timorense.

Reconstruído em 1952, a obra do antigo Liceu de Díli trocou a plasticidade tradicionalista da arquitectura das primeiras décadas do século XX pela austeridade do vocabulário neoclássico, melhor servindo como «veículo de propaganda ideológica» de um Estado que precisava defender a legitimidade das suas províncias ultramarinas (Pereira 1980: 535). A expressão monumentalizante do Liceu foi determinante para a Câmara Municipal de Lisboa que, «vacionada para antigos edifícios do tempo português com alguma marca arquitectónica»<sup>95</sup>, definiu «como critério primordial da reabilitação dos imóveis a manutenção da sua traça original com destaque para as caracterizações formais próprias da arquitectura portuguesa» (CML 2001: 20).

O projecto de reconstrução obedeceu, grosso modo, à estrutura orgânica e à expressão plástica da preexistência, excepção feita a algumas melhorias técnicas e funcionais. Na verdade, segundo a Câmara, o mimetismo da obra foi possível devido à qualidade técnica e construtiva do antigo Liceu, não obstante o edifício ter sido incendiado e vandalizado em 1999. Os elementos construtivos originais tornaram-se por isso emblemas da robustez do edifício, integrando o discurso social timorense que sobrestima o nível da construção portuguesa por comparação à construção indonésia.

A manutenção do frontão “Liceu Dr. Francisco Machado” e da única janela original como «testemunho da história do edifício» (CML 2001: 22) denotam, com evidência, a intenção da Câmara de Lisboa de reforçar o Liceu na memória colectiva local, quer das elites que o frequentaram porque «era a única escola que tínhamos aqui em Díli»<sup>96</sup>, quer da população local. Contudo, embora parte desta população aprecie a reconstrução do Liceu porque «manteve, não houve modificações nenhuma, aquilo continuou como estava, talvez bem feito agora. (...) O que eu gosto mais é a parte da frente, porque ali está escrito Liceu Dr. Francisco Machado. E não se tira, não se põe. Tal e qual sempre foi desde o princípio»<sup>97</sup>, para alguns sectores mais jovens da população, educados sob domínio indonésio, a reconstrução do Liceu «for some of the portuguese, they are very proud (...) that's a portuguese building. We are also proud of that, but we don't see the building, we see the initiative of the portuguese government to rebuild the building, to help educate people»<sup>98</sup>.

Independentemente dos significados particulares que a população atribui ao edifício, o Liceu tornou-se num objecto memorial para a sociedade local,

representando o luto comum do passado recente e o ressurgimento nacional do presente. Mas enquanto que para parte da população a reconstrução do edifício simboliza um projecto cultural e social que, com raízes no passado colonial, os integra na comunidade lusófona; para outra parte da população a obra é apenas mais um sinal da formação nacional num quadro político independente. O Liceu constitui por isso suporte material das diferentes versões identitárias, cuja tensão se manifesta tão fortemente na questão linguística, coincidentemente ou não, relacionada com a função passada e presente do próprio edifício.

#### 4.3. Centro Cultural Uma Fukun

O antigo forte português, refuncionalizado no Centro Cultural *Uma Fukun*, ocupa um lugar de destaque no repertório patrimonial timorense não considerado «o berço da cidade de Díli»<sup>99</sup> e, portanto, expressão material da herança colonial que legitima a nação de Timor-Leste ao conferir distinção à sua comunidade.

O edifício reconstruído é o sucessor de diversas construções e reconstruções que tiveram lugar sobre a primeira muralha e fortaleza de Díli, datadas do fim do século XVIII (Lobo 2002). O reconhecimento do seu valor histórico e cultural pela UNESCO foi determinante à patrimonialização do legado colonial, durante o período de administração transitória, e posterior instituição do edifício como parte da «memória autorizada», no quadro político independente.

Para o governo timorense, o antigo quartel não só atesta a presença portuguesa, como particularmente sublinha a particularidade da sua produção arquitectónica em Timor através dos «estilos da arquitectura que existiam só na Europa» mas que se adaptaram «ao ambiente. Portanto tem as características próprias locais»<sup>100</sup>. A construção luso-tropicalista da miscigenação e reciprocidade cultural do colonialismo português é, assim, reproduzi-

95 Entrevista à representante da Câmara Municipal de Lisboa em Timor-Leste, Díli, Março de 2004.

96 Entrevista ao Secretário de Estado da Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste, Díli, Março de 2004.

97 Entrevista a um funcionário timorense de uma empresa privada portuguesa, Díli, Março de 2004.

98 Entrevista a uma funcionária timorense de uma Organização Não Governamental, Março de 2004.

99 Entrevista ao Secretário de Estado da Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste, Díli, Março de 2004.

100 Idem.

da pelos discursos patrimonializantes timorenses. A população timorense reproduz este discurso patrimonial sobre o legado colonial, mas sublinha o seu valor apenas no facto de serem «as histórias do governo português, os rastros, marca a presença do governo português. Por isso é que não aumentaram, não modificaram aquilo, aquilo mantém conforme como está»<sup>101</sup>.

Considerado uma «referência histórica de valor patrimonial para Timor-leste» (GERTiL 2002), o antigo quartel foi reconstruído com o apoio técnico da cooperação portuguesa. O projecto de refuncionalização baseou-se na «manutenção da imagem pública do edifício»<sup>102</sup> antigo e na construção de um novo edifício para albergar as necessidades técnicas e programáticas. Pretendia-se, assim, «garantir a continuidade espacial das alas» e a «integridade do pátio» do quartel, sem desvirtuar a arquitectura original (GERTiL 2001a). A equipa de arquitectos prosseguiu «como está nas cartilhas todas, o que é novo tem que se perceber como novo e o que é antigo tem que se perceber também como tal»<sup>103</sup>, repondo a verdade estilística da arquitectura neoclássica original através da demolição de elementos posteriores e da reprodução de elementos destruídos.

A preocupação do discurso arquitectónico com a inteligibilidade da obra arquitectónica é indissociável da valorização do passado colonial na construção nacional de Timor-Leste pelos discursos portugueses. Aliás, a associação do *Uma Fukun* a Portugal ultrapassa o facto do edifício ter sido construído pela administração colonial portuguesa, na medida em que não só o edifício já foi museu da cultura timorense nos últimos anos do colonialismo, como a sua reconstrução actual foi realizada com o apoio técnico da Cooperação Portuguesa, a maioria das iniciativas que tiveram lugar no edifício foi promovidas em colaboração com organismos portugueses e a população portuguesa deslocada em Timor é a principal usufrutuária do edifício, a par das elites política e intelectual locais. Compreende-se assim porque para alguns sectores da população timorense o *Uma Fukun* continua sendo o «Museu Cultural dos Portugueses»<sup>104</sup> e o seu acesso é considerado privilégio da elite timorense, proprietária do património, e da elite portuguesa, numa reprodução das relações sociais coloniais.

Muito embora a obra ainda não esteja concluída e o Centro Cultural não se encontre em funcionamento, a sua função prevista remete ainda para a construção da identidade nacional timorense no que respeita à gestão do passado tradicional. De acordo com a administração, «the museum (...) will protect the heritage of the people of East Timor. Through its historical and ethnological collections it will show the diversity and resilience of East Timorese culture. (...). It will stand as a permanent reminder of the importance of safeguarding and preserving East Timorese identity»<sup>105</sup>. O edifício será, deste modo, receptáculo do *corpus* tradicional da identidade nacional timorense, que reúne numa ideia de cultura nacional a diversidade

das tradições étnicas particulares. Este processo de «objectificação» (Handler 1988) é considerado fundamental pelo próprio governo de Timor-Leste que, no quadro da construção da identidade nacional, defende a necessidade de «dentro desses tantos grupos linguísticos, grupos étnicos, tirar ou fazer uma partilhação desses componentes, dessas tradições, e ter uma coisa comum, nacional»<sup>106</sup>.

#### 4.4. Sede do Banco Nacional Ultramarino

A sede do Banco Nacional Ultramarino em Timor-Leste integra actualmente os discursos locais sobre o passado colonial português porque a sua reabilitação foi revestida de um valor económico e um valor patrimonial (Seixas 2002).

Construída em 1968, a sede do BNU marca a presença do Banco em Timor desde 1912 (CDG 2003). Esta presença é idealmente associada, pela população local, à vida económica da sociedade timorense pois «o banco beneficiava mais na altura [1960] a construção da economia do povo. Com este benefício, esta facilidade, os comerciantes construíam os seus edifícios em quase toda a cidade de Díli, inclusive em todos os distritos»<sup>107</sup>. Muito embora, até esta data, o pensamento modernista não dominasse a produção arquitectónica portuguesa, a crise política e económica nacional que se instalou a partir de 1960 levou Portugal a promover o desenvolvimento ultramarino e a ultrapassar a representação arquitectónica dominante de linguagem fascista (Gonçalves 2002). A construção da sede do BNU representou, assim, não apenas o aumento da actividade económica na província de Timor, mas também o advento do modernismo português que, não obstante restringir-se à simplificação formal, à utilização de materiais modernos e à ausência de decoração (Pereira 1980), «chamava a atenção. Já pelo inédito da arquitectura, já pelo próprio volume das obras (...). Imóvel grandioso, de linhas simples mas modernas, projectado tendo em consideração o clima da nossa capital [a sede do BNU] fica sendo a mais majestosa construção de Díli». (Neves 1968).

101 Entrevista a um funcionário timorense de uma empresa privada portuguesa, Díli, Março de 2004.

102 Entrevista ao arquitecto responsável pelo projecto, Julho de 2003.

103 Idem.

104 Entrevista a um funcionário timorense de uma empresa privada portuguesa, Díli, Março de 2004.

105 <http://etcc.anu.edu.au/about.html>, consulta a 19 de Fevereiro de 2005.

106 Entrevista ao Secretário de Estado da Cultura, Juventude e Desporto de Timor-Leste, Março de 2004.

107 Entrevista a um funcionário timorense de uma empresa privada portuguesa, Díli, Março de 2004.

Quando o Banco Nacional Ultramarino regressou a Timor-Leste para realizar os pagamentos do Estado português (1999) e reconstruiu a sua sede (2001), o edifício, que manteve as suas expressões formal e plástica exteriores apesar de ter sofrido algumas alterações funcionais no interior, passou a integrar os discursos das populações timorense e portuguesa de duas formas substancialmente distintas.

Para a população timorense, a reconstrução da sede do BNU representa um retorno da estabilidade económica imaginada durante o período colonial, à luz da mitificação de Portugal na construção do passado nacional. Considerado a única instituição financeira sediada em Timor que presta serviços à população timorense, o BNU goza de uma elevada taxa de adesão e de cumprimento contratual que são socialmente explicados na sua representação como «Banco Nacional, Banco de Timor», já que enquanto que «os bancos estrangeiros só querem é lucros (...) [o] Banco Nacional Ultramarino já é conhecido do povo de Timor e é para o Timor»<sup>108</sup>. Ao Banco é, deste modo, reconhecido um lugar na reconstrução da sociedade timorense, associado ao valor económico garantido pelo retorno de Portugal e pelas iniciativas da sua cooperação, agora num quadro político independente.

Já para a maioria da população portuguesa deslocada em Timor-Leste e para parte das elites política e intelectual timorenses, a sede do Banco Nacional Ultramarino integra o repertório patrimonial luso-timorense ao constituir mais um dos «edifícios com uma linguagem modernista, mas que se preocupavam, de um ponto de vista de criação do ambiente, com as condições específicas daquela territorialidade»<sup>109</sup>. O facto da arquitectura modernista ter tido expressão reduzida em Timor, quer quantitativa, quer qualitativamente, leva os discursos patrimonializantes a salientar os exemplares mais qualificados como expressão da lógica de miscigenação que, associada na origem ao quadro político-ideológico das últimas décadas do império português, hoje é considerada «uma das coisas mais interessantes na cultura portuguesa»<sup>110</sup>.

### 5. Reconstrução do Património Arquitectónico e Identidade Portuguesa

Apesar do envolvimento de Portugal na reconstrução da arquitectura em Timor-Leste ser justificado pelas fontes oficiais da Cooperação Portuguesa nas necessidades pragmáticas do país, os discursos construídos sobre o valor patrimonial dos edifícios situam a intervenção portuguesa no universo da significação, para além do da solidariedade. As elites política e intelectual portuguesas sublinham a ideia de um «património comum luso-timorense» (Garcia 2002: 70) que explica, não só, o facto dos cooperantes portugueses considerarem que «a Missão Portuguesa pretendia fundamentalmente reconstruir o património do período colonial»<sup>111</sup>, como também a construção de parte da população timorense, para a qual a arquitectura

portuguesa em Timor «it's part of our story to our generation, and to Portugal is part of the identity in East-Timor»<sup>112</sup>.

Estas construções remetem para a existência de um lugar da arquitectura colonial nos discursos sobre a identidade portuguesa que sugerem a «persistência da retórica expansionista e imperial nas reconfigurações identitárias pós-coloniais» (Almeida 2000: 162). De facto, «as ideias de Gilberto Freyre ainda ecoam no actual discurso político e cultural. Libertas da componente colonialista que o Estado Novo lhes imprimiu, servem agora para justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria de política externa» (Castelo 1998: 140), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A «vocaçao atlântica» da nação é hoje reafirmada quer pelos discursos oficiais, quer pelos discursos sociais portugueses, numa ideia de lusofonia que «já não é uma ideia colonial, já não é uma ideia de prevalência, é uma ideia de irmandade»<sup>113</sup>, uma «realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa»<sup>114</sup> e que coexiste saudavelmente com a opção europeia de Portugal<sup>115</sup>. É a construção desta comunidade que enquadra ideologicamente a Cooperação Portuguesa com os países da CPLP, considerada por parte dos cooperantes em Timor como «essencial, se quisermos manter a nossa identidade nacional»<sup>116</sup>.

A Cooperação Portuguesa em Timor-Leste constitui, portanto, um caso particular da política portuguesa de desenvolvimento do espaço lusófono, especialmente significativa para Portugal que considerou a luta timorense

108 Entrevista a um funcionário timorense de uma empresa privada portuguesa, Díli, Março de 2004.

109 Entrevista a um arquitecto português cooperante em Timor-Leste, Lisboa, Janeiro de 2004.

110 Idem.

111 Idem.

112 Entrevista a uma funcionária timorense de uma Organização Não Governamental, Díli, Março de 2004.

113 Entrevista a um arquitecto português cooperante em Timor-Leste, Lisboa, Janeiro de 2004.

114 Declaração Constitutiva da CPLP, <http://www.cplp.org>, consulta a 31 de Janeiro de 2005.

115 Discurso do Primeiro-Ministro na Tomada de Posse do XVII Governo Constitucional, [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Primeiro\\_Ministro/Intervencoes/20050312\\_PM\\_Int\\_Posse.htm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Primeiro_Ministro/Intervencoes/20050312_PM_Int_Posse.htm), consulta a 21 de Abril de 2005.

116 Entrevista a um arquitecto português cooperante em Timor-Leste, Lisboa, Janeiro de 2004.



«uma causa nacional de todos os portugueses»<sup>117</sup>. Colocando-se ao lado de Timor como vítima do regime de Suharto, a sociedade portuguesa considera que «nos estamos a redimir de um período colonialista»<sup>118</sup> mas minimiza esta culpabilidade através dum processo de mitificação afectiva e histórica das relações entre Portugal e Timor: por um lado, os discursos oficiais justificam a presença de Portugal em Timor-Leste na vontade «de manter essa relação específica entre os dois povos, em que a língua é um elemento principal, além da história e de outros aspectos culturais»<sup>119</sup>; por outro lado, os discursos sociais reproduzem a ideia de que «os timorenses cultivam uma memória fraternal, orgulhosa, positiva, da passagem ali de Portugal» (Gomes 2002: 26) tal como «o que é um facto é que a gente sente-se como se estivesse em Portugal»<sup>120</sup>. Estas construções são fundamentais para Portugal, na medida em que reforçam a retórica neo-luso-tropicalista central à reformulação pós-colonial da identidade nacional portuguesa.

Como outras formas de identidade, também a lusofonia reúne um repertório simbólico onde se inclui a produção do espaço. Assim se explica que, para o Estado português, «o património arquitectónico dos países de expressão portuguesa representa um importante legado histórico que deve ser valorizado pela cooperação portuguesa» (MNE 2002: 39). A arquitectura colonial permite a enunciação e a fixação das retóricas lusófonas ao evocar materialmente os elementos estruturantes da construção freyriana do “modo português de estar no mundo”. Segundo as elites política e intelectual portuguesas, o património colonial possui uma «espacialidade própria (...) [e uma] expressão arquitectónica, que serve um modo de vida» particular (Fernandes 1999: 15) associado à «miscigenação, provocada por gosto ou por necessidade, mas efectiva» (Fernandes 1999: 13).

Deste modo, para os cooperantes portugueses em Timor-Leste, «as preexistências coloniais portuguesas (...) representam uma determinada lógica que não está directamente associada ao povo timorense, mas sobretudo à presença dos portugueses, à nossa necessidade de representação e construção de referências nos sítios por onde andámos»<sup>121</sup>. Por isso, «o facto de ser um edifício anteriormente português não permite que mais nenhum país queira pegar naquele edifício para o reconstruir, ou que tenha interesse em fazê-lo. Interessa mais a nós portugueses manter um bocadinho da nossa presença aqui e reconstruir aquilo que foi feito pelos portugueses»<sup>122</sup>.

Ora, porque quem controla o presente, controla o passado, e quem controla o passado, controla o futuro (Lowenthal 1998), o envolvimento português na reconstrução dos legados arquitectónicos do passado colonial de Timor-Leste não só reforça os traços distintivos da identidade timorense no contexto regional, como principalmente constitui um artifício de consciencialização da população timorense da sua partilha da identidade lusófona central à reformulação pós-colonial da identidade nacional de Portugal.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim, 2000, *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 2000, *Um Mar da Cor da Terra*, Oeiras, Celta.

ANDERSON, Benedict, 1993, “Imagining East Timor”, *Arena Magazine*, n.º4, Austrália (<http://www.apagina.pt>).

BELO, Ximenes, 2003, “Crónica”, *Semanário de Língua Portuguesa*, Ano 0, Nº 0000, 19 de Dezembro de 2003, 12.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS - CGD, 2003, *Timor Leste no caminho para o desenvolvimento*, Lisboa, CGD S.A. e SGE Mediateca.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - CML, 2001, *Reconstrução do Liceu Dili*, Lisboa, CML.

CASTELO, Cláudia, 1998, *O Modo Português de estar no mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.

CINATTI, Ruy, Leopoldo de Almeida, e António Sousa Mendes, 1987, *Arquitectura Timorense*, Lisboa, ICT e Museu de Etnologia.

FERNANDES, José Manuel, 1999, *Cidades e Arquitecturas*, s.l., Livros Horizonte.

FERNANDES, José Manuel, 2003, *Português Suave – Arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Ministério da Cultura.

<sup>117</sup> Discurso do Presidente da República de Portugal por ocasião da Restauração da Independência da República de Timor-Leste, <http://diariodigital.sapo.pt/>, consulta a 19 de Maio de 2002.

<sup>118</sup> Entrevista a um arquitecto português cooperante em Timor-Leste, Dili, Março de 2004.

<sup>119</sup> Entrevista ao Embaixador de Portugal em Timor-Leste, Dili, Março de 2004.

<sup>120</sup> Entrevista a um representante da Missão Portuguesa em Timor-Leste, Dili, Março de 2004.

<sup>121</sup> Entrevista a um arquitecto português envolvido na Cooperação Portuguesa com Timor-Leste, Lisboa, Julho de 2003.

<sup>122</sup> Entrevista à representante da Câmara Municipal de Lisboa em Dili, Dili, Março de 2004.

FRETILIN, 1974, Manual e Programa Políticos, Díli.

GARCIA, José Manuel, e Paulo Castro Seixas, 2002, "Marcas Portuguesas em Timor Lorosae", *Portugal e o mundo: O Futuro do Passado*, 2. Timor Lorosae, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 53-93.

GERTIL, 2000, *Conferência de Imprensa Escola do Reino de Venilale*, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Lisboa, policopiado.

GERTIL, 2001a, *Apresentação do Projecto de Restauro e Reabilitação do Antigo Forte de Díli para Centro Cultural "Uma Fukun"*, 25 de Outubro de 2001, s.l..

GERTIL, 2001b, *Memória Descritiva e Justificativa dos Módulos Autónomos de Salas de Aula*, Lisboa, policopiado.

GERTIL, 2002, *Restauro e Reabilitação do Antigo Forte de Díli para Centro Cultural "Uma Fukun"*, Lisboa, policopiado.

GOMES, Ana, 2002, "O Presente em Timor Lorosae", *Portugal e o mundo: O Futuro do Passado*, 2. Timor Lorosae, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 25-28.

GONÇALVES, José Fernando, 2002, *Ser ou Não Ser Modern.*, *Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GUILLAUME, Marc, 2003, *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.

GUNN, Geoffrey, 1999, *Timor Loso Sae: 500 anos*, Matosinhos, Livros do Oriente.

GUSMÃO, Xanana, 1994, *Timor Leste - um Povo, uma Pátria*, CNRT e Edições Colibri

HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Madison, The Wisconsin University Press.

LOBO, Francisco Sousa, 2002, "Código Genético de Díli", *Revista Pedra & Cal*, Arquitectura Militar, Ano IV, 15, Lisboa, Monumenta, 8-9.

LOWENTHAL, David, 1985, *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press

LOWENTHAL, David, 1998, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge, Cambridge University Press.

MATTOSO, José, 2001, "Sobre a Identidade de Timor Lorosa'e", *Camões Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 14, Timor Lorosa'e, Lisboa, Instituto Camões, 6-13.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2002, *Programa Integrado da Cooperação Portuguesa 2002*, *Cooperação Portuguesa*, Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, s.l., (policopiado).

NEVES, Jaime, 1968, "No rumo do engrandecimento da nossa terra: participação válida do Banco Nacional Ultramarino no portentoso conjunto de realizações que estão cobrindo a província", *A Voz de Timor*, Dezembro de 1968, Ano IX, N.º 447, Díli.

PEREIRA, Nuno Teotónio, e José Manuel Fernandes, 1980, "A arquitectura do fascismo em Portugal", *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio*, Faculdade de Letras, Lisboa, Regra do Jogo, 533-551.

PRATS, Llorenç, 1997, *Antropologia y Patrimonio*, Barcelona, Editorial Ariel.

SCHOUTEN, Maria Johanna, 2001, "Antropologia e colonialismo em Timor Português", *Lusotopie*, 2001, 157-171.

SEIXAS, Paulo Castro, 2002, "Portugueses na transição", *Portugal e o mundo: O Futuro do Passado*, 2. Timor Lorosae, Lisboa, Centro Nacional de Cultura, 35-50.

SMITH, Anthony, 1997 [1991], *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva - Publicações Lda.

SOUSA, Ivo Carneiro de, 2001, "Timor dos Malai Sira?", *Lusotopie*, 135-140.

TAYLOR, John G., 1993, *Timor. A história oculta*, Venda Nova, Bertrand Editora